

Bancada do PROS apresenta balanço de 2019

COM DEZ PARLAMENTARES, A BANCADA DO PROS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS APROVOU DIVERSOS PROJETOS



Líder do partido, Toninho Wandscheer (PR), analisa os pontos positivos e negativos de 2019 e fala das expectativas para o próximo ano.

Com dez parlamentares, a bancada do PROS na Câmara dos Deputados aprovou diversos projetos relacionados à saúde, educação, segurança pública, inclusão social, combate à corrupção e a violência e em defesa dos idosos, das mulheres e das crianças. Com a aprovação de propostas, relatorias e ações voltadas para atender as demandas da sociedade, os parlamentares têm muitas conquistas a serem comemoradas em 2019.

Para o líder do partido, Toninho Wandscheer (PR), o ano chega ao fim com muitos pontos positivos a serem ressaltados. Na sua avaliação, a aprovação da Reforma da Previdência e do pacote anticrime representam os principais avanços para o país.

“Na Câmara, o principal acontecimento foi a Reforma da Previdência, um assunto que ganhou grande proporção no país, porque todo mundo estava preocupado com o que iria acontecer. E a Câmara e o Senado conseguiram construir um projeto que melhorou muito as condições do Brasil, respeitando os interesses do cidadão brasileiro. Também conseguimos aprovar o pacote anticrime, uma matéria que foi muito debatida e que agora vai contribuir para diminuir a violência e a corrupção. O projeto foi aprovado no Senado e agora segue para sanção presidencial. Foram propostas muito relevantes para 2019”, afirma.

Como pontos negativos, o líder apontou as queimadas na Amazônia e o vazamento de óleo no mar do Nordeste. Segundo Wands-

cheer, apesar dos erros cometidos na busca de soluções para os problemas, o governo federal conseguiu resolver as questões. “Foram muitas contradições, muitas acusações desnecessárias e informações desencontradas, mas, apesar de tudo isso, ficou comprovado que o Brasil cuida e preserva seu patrimônio”.

Para 2020, a expectativa do líder é que a economia esteja mais fortalecida e que o país gere mais emprego e renda para o trabalhador brasileiro.

“Eu tenho certeza que ano que vem será um ano melhor, nossa economia estará mais fortalecida. Já estamos demonstrando um crescimento ao final deste ano e teremos mais desenvolvimento para 2020. Muitas empresas estão chegando no nosso país, gerando empregos e renda para o trabalhador poder desenvolver suas atividades e levar para sua família os recursos necessários para viverem bem”, conclui o parlamentar.

Confira a atuação dos parlamentares do PROS em 2019.

Acácio Favacho destinou emendas, propôs projetos e discutiu problemas enfrentados pelo Amapá

Em 2019, o deputado Acácio Favacho (AP) discutiu e procurou soluções para o desemprego no Amapá, defendeu recursos para as obras da rodovia BR-156, destinou mais de R\$ 4 milhões em emendas para a educação do estado, foi 1º vice-presidente da Comissão de Defesa do Consumidor e integrou a Comissão Especial da Reforma da Previdência na Câmara dos Deputados.

O parlamentar propôs matérias importantes, entre elas, o Projeto de Lei 2773/19, que torna crime o transporte ilegal de passageiros. Além da configuração do crime no Código de Trânsito Brasileiro (CTB), a proposta determina que a infração para esse tipo de transporte seja gravíssima, com multa de cinco vezes e suspensão do direito de dirigir por 12 meses, além da remoção do veículo e recolhimento da carteira do motorista infrator. A proposta tramita apensado ao PL 8566/17, de origem do Senado, e está pronta para ser votada no Plenário.

O deputado também buscou atender as demandas dos mototaxistas e motoboys. Para isso apresentou o PL 2774/19, que estabelece isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de motocicletas, de até 250 cilindradas, usadas no transporte remunerado de passageiros e por motoboys. A matéria ainda será votada nas comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça.

Acácio Favacho também conseguiu a liberação de mais de R\$ 2,5 milhões de recursos para o Amapá. O valor referia-se a emendas individuais que eram de parlamentares de legislação anteriores, mas que não estão no exercício do mandato. Os municípios contemplados foram: Macapá, Mazagão, Oiapoque, Porto Grande, Tartarugalzinho e Vitória do Jari. A verba foi investida na área de saúde.



Boca Aberta defendeu políticas para idosos e gratuidade para crianças no transporte público



O deputado Boca Aberta (PR) apoiou diferentes bandeiras em 2019, entre elas: priorizou as políticas públicas voltadas para os idosos, propôs a gratuidade no transporte público para crianças e foi a favor da "Tolerância Zero" para violência doméstica.

O Projeto de Lei 4490/19, de autoria do parlamentar, por exemplo, assegura o fornecimento de fraldas descartáveis a idosos. Segundo a proposta, o produto deverá ser fornecido pelo Sistema Único de Saúde ao idoso mediante receita médica que comprove sua necessidade.

Outra matéria do deputado é o PL 2395/19, que sugere a criação de serviços alternativos de saúde para o idoso, inclusive atendimento médico-domiciliar periódico aos que sejam residentes na zona urbana ou rural e que não consigam se deslocar até os postos de atendimento médico-hospitalares.

Em relação às crianças, Boca Aberta apresentou o PL 2152/19, que cria o Programa de Inclusão Infantil no Transporte Coletivo e institui a Carteira Infantil de Isenção no Transporte Público a fim de disciplinar o transporte público gratuito para crianças com idade de até 10 anos.

Em Plenário, o deputado defendeu ainda a Proposta de Emenda à Constituição 372/17, que criou as polícias penais federal, estaduais e distrital, determinando que essas polícias passem a fazer parte do rol dos órgãos do sistema de segurança pública. O texto já foi aprovado na Câmara e no Senado Federal e transformada na Emenda Constitucional 104/2019.

Boca Aberta atuou como membro titular da Comissão de Seguridade Social e Família e como suplente nas comissões de Educação e Esporte.

Anexo II - Piso Superior - Ala B - Sala 179 | (61) 3215-9996

Email: comunicacao.lidpros@camara.leg.br

Líder: Toninho Wandscheer (PR)

Chefe de Gabinete: Jairo Ribeiro

Coordenadora de Comunicação: Lianna Cosme

Jornalista: Janaína Valadares

Diagramação: Jefferson Santos

Fotografia/Artes: André Mateus

prosnacamara.org.br

facebook.com/prosnacamara

twitter.com/prosnacamara

flickr.com/prosnacamara

instagram.com/prosnacamara



Leia nosso informativo
no seu celular

Para acessar o informativo da Liderança do PROS no seu smartphone, instale um leitor de QR Code e fotografe a imagem ao lado.

Capitão Wagner atuou em prol da segurança pública, inclusão social e combate à violência e corrupção



Durante o ano, Capitão Wagner priorizou o avanço nas políticas públicas voltadas para autistas, defendeu o projeto anticrime apresentado pelo Governo Federal, foi relator da Medida Provisória 885/19, buscou consenso para que policiais militares e bombeiros se aposentassem com direito à integralidade e à paridade, além de relatar e propor projetos de lei.

O deputado foi o autor do requerimento para sessão solene que celebrou o Dia do Autismo. Na ocasião, Capitão Wagner destacou a importância de ações voltadas para as crianças que se encontram no espectro autista. Para ele, muitos

ainda sofrem para encontrar um tratamento adequado, principalmente devido à falta de profissionais preparados para lidar com o transtorno.

Entres os projetos aprovados nas comissões permanentes de autoria do parlamentar, há vários que merecem destaque. O PL 482/19 cria um serviço telefônico com número exclusivo para o recebimento de denúncias sobre o tráfico de drogas. O serviço garantirá sigilo ao denunciante e poderá ser acessado gratuitamente.

Também foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, o Projeto de Lei 488/19, que proíbe condenados por crimes de pedofilia de se aproximarem de escolas, parques e praças públicas infantis. A Comissão de Segurança Pública aprovou ainda a proposta que obriga o poder público a manter banco de dados relativo ao perfil genético de condenado pelo crime de estupro até a sua morte (PL 483/19).

Membro titular das comissões de Defesa do Consumidor e de Segurança Pública, Capitão Wagner relatou matérias importantes. Na Segurança Pública conseguiu aprovar, entre outros, o parecer ao PL 1307/19, que agrava a penalidade de quem divulgar a cena do crime, e o PL 10.747/18, que determina o monitoramento por câmera de segurança nas proximidades de escolas e hospitais. Na Defesa do Consumidor aprovou o parecer ao PL 145/19, que obriga as instituições bancária, creditícia, financeira e securitária a alertar o consumidor sobre fraudes mais frequentes, aplicadas por terceiros, relacionadas às suas operações.

Outra vitória de 2019 foi a sanção da lei que agiliza o repasse a estados e ao Distrito Federal de recursos decorrentes da venda de bens apreendidos relacionados ao tráfico de drogas. A norma é resultado da aprovação da Medida Provisória 885/2019, relatada pelo deputado na comissão mista.

O parlamentar ainda passou a integrar a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Prisão em 2ª instância. A intenção da frente é tornar mais rápida a análise de propostas que tramitam no Congresso sobre o tema.

Clarissa Garotinho conseguiu aprovação de projeto de sua autoria na Câmara e no Senado

Clarissa Garotinho (RJ) conquistou avanços para a legislação brasileira em 2019. Durante a sua atuação, teve relatorias aprovadas nas comissões permanentes, projeto, de sua autoria, aprovado nos Plenários da Câmara e do Senado, além da sanção presidencial na lei que permite amamentação durante concursos públicos.

O Projeto de Lei Complementar 55/19, de sua autoria, que amplia o prazo de convênios de entidades religiosas e associações beneficentes, já foi aprovado pelos Plenários das duas Casas Legislativas e aguarda sanção presidencial. A proposta estende a templos religiosos e entidades beneficentes a prorrogação de isenções de ICMS por até 15 anos.

Outra vitória foi a sanção da lei que permite amamentação durante concursos públicos. Clarissa Garotinho foi a relatora do projeto na Comissão de Constituição e Justiça na Câmara dos Deputados. Agora, as mães poderão amamentar seus filhos de até seis meses de idade durante as provas.

A deputada também é autora do Projeto de Lei 1670/19, que tramita apensado ao PL 8833/17, para alterar o Código Penal a fim de tipificar como crime a incitação à automutilação. A proposta já foi aprovada pelo Plenário da Câmara e aguarda deliberação do Senado Federal.

Membro da Comissão de Constituição e Justiça, Clarissa Garotinho foi a relatora de projetos importantes como, por exemplo, do Projeto de Lei 43/15, que determina que as escolas estabeleçam, no ato da matrícula na educação infantil, prazo para que os responsáveis apresentem a caderneta de saúde da criança.

A parlamentar apresentou ainda uma Proposta de Emenda à Constituição, que ficou conhecida como a PEC da Reparação (148/19). A iniciativa prevê que os recursos que hoje a União transfere para o Distrito Federal, para custear gastos com saúde, segurança pública e educação, por meio do Fundo Consti-

tucional do Distrito Federal (FCDF), sejam divididos com o Rio de Janeiro, que abrigou a capital do País até 1960. A matéria aguarda parecer na Comissão de Justiça.

A deputada também assumiu a 3ª vice-presidência da comissão especial que analisa a proposta da Reforma Tributária para o país (PEC 45/19).



Eros Biondini lutou para combater o suicídio, as drogas e melhorar o sistema carcerário

Combater as drogas e o suicídio e lutar por melhorias para o atual sistema carcerário brasileiro foram temas defendidos pelo deputado Eros Biondini (MG) em 2019. Uma das iniciativas do parlamentar foi apresentar requerimento de criação de comissão externa para avaliar a situação de consumo de drogas entre os jovens no Brasil e propor medidas para o seu enfrentamento.

O deputado lançou ainda a Frente Parlamentar Mista em Defesa das Comunidades Terapêuticas e APACs (Associações de Proteção e Assistência aos Condenados). Segundo Eros Biondini, coordenador da frente, ela foi criada para discutir a restauração das vidas acometidas pelas drogas e pelo crime, buscando assim, uma maior eficácia e um melhor resultado no trabalho de recuperação e restauração, por meio do apoio a estas entidades vocacionadas e capacitadas.

Também tramitou na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei 1685/11, de autoria do parlamentar, que representa mais uma medida apresentada pelo deputado com o intuito de auxiliar na assistência e proteção aos condenados. A proposta autoriza a celebração de convênios entre a União e as APACs. Em 2019, a matéria foi aprovada nas comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e agora aguarda votação no Plenário.

Em relação ao combate ao suicídio, Eros Biondini apresentou o PL 611/19, que determina a instalação de equipamentos de proteção nas laterais das pontes e viadutos, telas e redes com o objetivo de prevenir as tentativas de suicídios. Além disso, o texto obriga também a instalação de placas informativas com o telefone 188, do Centro de Valorização da Vida (CVV).

É de autoria do parlamentar o PL 1539/15, que trata da obrigatoriedade de realização de Análise de Impacto Regulatório (AIR) pelas agências reguladoras no âmbito da Administração Federal. O documento, resultado da análise, tem como objetivo examinar e medir os benefícios, os custos e os efeitos prováveis da atuação da agência. A matéria foi aprovada pela Comissão de Trabalho e aguarda ser votada na Comissão de Finanças e Tributação.

Eros Biondini atuou como membro titular nas comissões de Defesa do Consumidor e de Defesa da Pessoa Idosa. Ainda foi membro da comissão especial que analisou a Proteção Social dos Militares (PL 1645/19).



Gastão Vieira centralizou seu mandato na defesa do Maranhão e da educação



O deputado Gastão Vieira (MA) realizou muitas ações relacionadas à educação. Em 2019, o parlamentar atuou como membro titular na Comissão de Educação, na comissão especial do Fundo de Participação dos

Municípios, e como suplente na comissão do Fundeb (PEC 15/15) e na comissão especial da Reforma Tributária (PEC 45/19).

Na Comissão de Educação, o deputado ministrou seminários que debateram o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), sendo eles, o "Financiamento da Educação Básica: qualidade, eficiência e equidade" e "O Futuro do Financiamento da Educação". Os eventos tiveram como objetivo discutir a Proposta de Emenda à Constituição 15/15, que torna o Fundeb permanente.

Entre os projetos que relatou, o parecer ao PL 9941/18 foi aprovado na Comissão de Educação. O texto determina que vagas ociosas em instituições de ensino superior sejam preenchidas preferencialmente por pessoas com idade igual ou superior a 60 anos. Gastão Vieira também participou de articulação com o presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Anderson Correia, para aprovar a inserção de mestrado profissional (MBA) na programação da instituição.

Maranhão

O parlamentar participou da articulação da aprovação do acordo entre Brasil e EUA para o uso da base de Alcântara. Além disso, Gastão Vieira conseguiu a liberação de R\$ 1 milhão em emendas para nove municípios, sendo os recursos destinados a compra de veículos utilitários, de passeio e vans, inclusive adaptados para o transporte de cadeirantes.

Líder do PROS, Toninho Wandscheer, participou de criação de agenda legislativa e destinou recursos para o Paraná

O líder do PROS na Câmara dos Deputados, Toninho Wandscheer (PR), participou da aprovação da agenda legislativa e destinou emendas para o estado do Paraná. O parlamentar atuou como membro titular da Comissão de Desenvolvimento Urbano e suplente na de Agricultura e Pecuária. Além disso, é coordenador da Bancada do Paraná na Câmara dos Deputados.

Wandscheer apoiou a aprovação da agenda legislativa de desenvolvimento social proposta pelo deputado da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, que tem como objetivo debater propostas voltadas ao combate à pobreza e à redução das desigualdades. O pacote de medidas terá cinco eixos principais: garantia de renda; inclusão produtiva; rede de proteção ao trabalhador; incentivo à governança responsável com uma Lei de Responsabilidade Social; e promoção do acesso à água e ao saneamento.

O parlamentar conseguiu junto com a Bancada Paranaense a aprovação pelo Congresso Nacional do PLN 4/19, que garante o crédito de R\$ 1 bihão para a educação, especificamente universidades e institutos federais, e para a construção civil, por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Na solenidade na Câmara dos Deputados de entrega da Medalha Mérito Legislativo, criada em 1983 para homenagear autoridades, personalidades, instituições ou entidades, campanhas, programas ou movimentos, que tenham prestado serviços relevantes ao Poder Legislativo ou ao Brasil, o líder do PROS indicou um dos fundadores do Centro de Assistência e Desenvolvimento Integral (CADI), Maurício Cunha, para ser o agraciado com a medalha. A instituição desenvolve um trabalho social voltado para recuperação de crianças e adolescentes.



No balanço de 2019, deputado Uldurico Junior comemora o envio de dois projetos de sua autoria ao Senado



Uldurico comemorou ter um projeto seu apensado ao substitutivo do Projeto de Lei 1292/95, chamado de Nova Lei de Licitações, enviado para o Senado Federal. O texto estabelece a obrigatoriedade de adoção de padrões de sustentabilidade em construções populares licitadas pela Administração Pública.

Outro projeto do parlamentar que seguiu para o Senado foi a proposta que determina proteção para funcionários expostos a agentes patogênicos, especificamente para trabalhos realizados em arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação e memória (Projeto de Lei 1511/15).

O deputado também apresentou para análise das comissões da Câmara os seguintes projetos de Lei: 5792/19 que determina a disponibilidade de intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (Libras) em hospitais. Segundo o texto, os hospitais terão o prazo de 360 dias, após a publicação da lei, para se adaptarem a nova regra; 3226/19 que autoriza a pessoa física ou jurídica a deduzir do seu imposto de renda a doação a fundos municipais, estaduais e nacional de proteção e defesa de animal doméstico; 1510/15 que restringe a cobrança de percentual de corretagem na venda de imóveis novos ou em construção; e o 4686/19 que dispõe sobre a proibição da fabricação e comercialização de canudos plásticos descartáveis em todo território nacional, além de obrigar a utilização de canudos fabricados em produtos biodegradáveis.

Durante 2019, o parlamentar atuou como membro titular na comissão de Defesa do Consumidor. Suas principais bandeiras políticas foram a defesa ao meio ambiente e o debate para a melhoria nas políticas públicas para a Bahia.

Vaidon Oliveira indicou emendas para o estado e defendeu pescadores do Ceará

O deputado Vaidon Oliveira (CE), junto com a Bancada do Ceará, decidiu a destinação das emendas ao Orçamento 2020. Os parlamentares entraram em consenso e irão destinar mais de R\$ 120 milhões ao Governo do Estado, sendo R\$ 80 milhões para a construção do Hospital da Universidade Estadual do Ceará (Uece) e o restante será investido em segurança pública.

O parlamentar também atuou na busca por melhorias nas estradas brasileiras. Uma das principais demandas feitas ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) foi a manutenção das rodovias federais, especialmente a manutenção da BR-403, trecho que liga os municípios de Acaraú, Cruz e Jericoacoara.

Em relação aos pescadores do estado, o deputado levou os principais problemas enfrentados pelos trabalhadores ao secretário de Aquicultura e Pesca, Jorge Seif Junior, no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Vaidon Oliveira falou sobre a dificuldade de fiscalização e emissão das licenças de barcos para os pescadores, o que traz prejuízo para toda a população.

Vaidon Oliveira também assinou o Requerimento de Indicação direcionado a Casa Civil, juntamente com os membros da Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância, sugerindo como agenda prioritária a primeira infância na proposta do Plano Plurianual 2020-2023. Os parlamentares solicitaram no requerimento que seja estabelecido um programa intersectorial reunindo linhas de atuação com maior impacto para dar visibilidade, perseguir melhor desempenho estratégico e possibilitar o monitoramento de indicadores e o volume de gastos públicos federais destinados à primeira infância.

O deputado atuou como membro titular na comissão de Minas e Energia e de Turismo e suplente na de Segurança Pública e Defesa do Consumidor.



Weliton Prado comemorou aprovação de lei, denunciou fraude e destinou emendas para Minas Gerais



O deputado Weliton Prado (MG) comemorou a sanção da Lei 13.880/19 que é resultado do Projeto de Lei 17/19 de sua autoria. O texto determina a apreensão imediata de arma de fogo em posse do agressor de vítimas de violência doméstica.

O parlamentar também aguarda deliberação pelo Senado Federal do Projeto de Lei 3146/12, que determina que as escolas públicas e privadas possam solicitar no ato da matrícula aos pais a apresentação da Caderneta de Saúde da Criança.

O deputado, que atuou como membro titular da comissão de Defesa do Consumidor e suplente na de Segurança Pública e na do Fundeb (PEC 15/15), assumiu, pelo segundo ano, a indicação de membro na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Weliton Prado tem como uma de suas bandeiras a defesa ao direito do consumidor e é protagonista na luta contra o reajuste da tarifa de energia no estado. Aprovou na CDC parecer de sua autoria que determina que o direito de reposição de peças para o consumidor seja mantido por até seis meses, mesmo após cessado o prazo de fabricação ou importação da mercadoria. Também aprovou na Comissão de Constituição e Justiça o Projeto de Lei 709/11, que institui o certificado Parceiros da Ressocialização às pessoas jurídicas que contratarem egressos e sentenciados acautelados do sistema prisional.

Emendas

Weliton Prado indicou o município mineiro de Ituiutaba para receber o orçamento de R\$ 1 milhão sendo distribuídos R\$ 216 mil para o custeio do atendimento à população e mais de R\$ 825 mil para equipar o centro cirúrgico de neurologia e cardiologia, o setor de atendimento de urgência e emergência e o de internação.

Denúncia Andrade Gutierrez

O parlamentar participou de reunião para discutir os graves indícios de fraude cometidos pela construtora Andrade Gutierrez no processo de cobrança de dívida ao município de Betim (MG). O deputado levou os documentos apresentados sobre as denúncias à reunião com o procurador-geral da República, Augusto Aras.